

Potencial das Propriedades Rurais Paulistas no Mercado de Créditos de Biodiversidade

Daniel de Almeida Ferreira¹; Anna Thereza Cárcamo¹; Nathália Cristina Costa do Nascimento¹

1 - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo

No cenário de emergência climática a biodiversidade surge como um dos principais recursos de mitigação ou atenuação dos eventos climáticos extremos. Dessa forma, conservar e/ou restaurá-la surgem como estratégias-chave na conjuntura atual, porém ainda existe certa dificuldade na construção da colaboratividade dos principais stakeholders ligados a esse contexto. No estado de São Paulo, mais de 50% das áreas potenciais para recuperação ou de vegetação remanescente da Mata Atlântica estão inseridas em propriedades rurais privadas, por isso os produtores rurais são entendidos como um dos principais atores de transformação desse bioma. Dentre os diversos modelos de capitalização dos recursos naturais, os créditos de biodiversidade surgem como uma das principais estratégias de incentivo financeiro para a conservação e restauração, beneficiando os produtores rurais e auxiliando no processo de enfrentamento das mudanças climáticas. Este trabalho teve como objetivo analisar o potencial do mercado de créditos de biodiversidade para áreas de Mata Atlântica dentro de propriedades privadas rurais do estado de São Paulo. Para isso, realizou-se uma análise multicritério envolvendo alguns dos indicadores mais utilizados em projetos de crédito de biodiversidade relacionados à fragmentação dos remanescentes florestais (isolamento, área de borda, dimensão e ocorrência de queimadas). A partir disso, classificou-se os fragmentos em diferentes níveis de degradação e eles, por sua vez, foram correlacionados a diferentes valores de créditos praticados no mercado, de forma a gerar uma estimativa da contribuição de cada categoria de propriedade rural privada (micro, pequena, média e grande) para o mercado de créditos de biodiversidade. Além disso, aplicou-se o Índice de Gini para estimar a desigualdade na distribuição de créditos entre os proprietários. Os resultados indicam que os créditos de biodiversidade apresentam maior potencial de beneficiar os grandes proprietários, pois possuem áreas mais extensas em menor nível de degradação. Já as micro propriedades, por representarem uma área total maior que as pequenas, conseguem receber uma contribuição muito maior de créditos de biodiversidade que estas últimas. O Índice de Gini encontrado é de 0,39, indicando uma desigualdade moderada, ou seja, 60% dos créditos podem ficar com 80% dos proprietários, enquanto que os outros 40% podem ser concentrados nos 20% restantes. De toda forma, ainda há muito a se debater sobre os créditos de biodiversidade, não apenas no estado de São Paulo, mas em todo o mundo. Sendo assim, análises como as provenientes deste estudo não apenas apresentam o tema para discussão, mas também auxiliam no processo inicial de planejamento desse novo e promissor mercado.

Palavras-chave: Conservação da Biodiversidade; Capital Natural; Mata Atlântica; Índice de Gini.